

## Referências bibliográficas

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. A. *Organizational Learning: A theory of action perspective*. USA: Addison-Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; *Organizational Learning II: theory, method and practice*. Reading Addison-Wesley. 1996.

ATTIE, W. *Auditoria - Conceito e Aplicações*. São Paulo. Atlas. 1998.

BORGES, M. *A Informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento*. Ciência da informação – v. 24, n. 2, 1995.

BRASIL. *Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE). Diretrizes*. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, D.F.: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei no. 200, de 25 de fevereiro de 1967. *Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Brasília, 27 fevereiro 1967.

\_\_\_\_\_. Lei n ° 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. *Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília, 7 fevereiro 2001. Seção I.

BUKOWITZ, W.; WILLIAMS, R. *Manual de gestão do conhecimento*. São Paulo, Bookman. 2002.

CANONGIA, C.; et al. *Foresight, inteligência competitiva e gestão do conhecimento: instrumentos para a gestão da inovação*. Gestão & Produção, v.11, n.2, p.231-238, 2004.

CARVALHO, R. B. *Tecnologia da informação aplicada à gestão do conhecimento*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2003.

CASTRO, D. P. *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público*. São Paulo. Atlas, 2008.

CHAVES, R. S. *Auditoria e controladoria no setor público. fortalecimento dos controles internos*. Curitiba. Juruá. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 12: Da Auditoria Interna**. Brasília (DF), 2003.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa – método qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, L. *O Papel das Agências Reguladoras no Brasil*. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, São Paulo. 2010.

DRUCKER, P. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1999.

E-CONSULTING CORP. *A Gestão do Conhecimento na Prática*. HSM Management no. 42, p. 53-60, São Paulo. janeiro-fevereiro 2004.

FREITAS, J. A.S.B.; LEITÃO, S. P. *Em busca de uma abordagem integrativa do conhecimento organizacional*. Organizações e Sociedade, v. 11, n. 30., p.13-28, 2004.

GUIMARÃES, A. A., LAMAS, J. E., BOSCOLO, P. G. *Gestão do conhecimento em áreas de P&D: estudo de caso em empresas brasileiras de grande porte*. São Paulo, 2007. Monografia de MBA em Conhecimento, Tecnologia e Inovação - Fundação Instituto de Administração.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

KUGELMEIER, W. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-fazer-com-tanta-informacao/45975/> 2010>. Extraído em: fevereiro / 2011.

KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. *Facilitando a Criação do Conhecimento*. São Paulo. Campus 2001.

LAUDON, K.; LAUDON J. *Sistemas de Informações Gerenciais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MOREIRA, D. A. *Teoria e Prática em Gestão do Conhecimento*. 2005

MUSSI, C.; ANGELONI, M. *O Compartilhamento do Conhecimento no Processo de Implementação de Sistemas de Informação: Um Estudo de Caso*. ENAMPAD, 2004.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de Conhecimento na Empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORTH, K. *Gestão do Conhecimento – Um guia prático rumo à empresa inteligente*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2010.

PROBST, G.; RAUB S.; ROMHARDT, K. *Gestão do Conhecimento: Os Elementos Construtivos do Sucesso*, Porto Alegre: Editora Bookman, 2002.

SÁ, J. H. P. *Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos*. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, S. L. *Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento*. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 2, p. 143-151, maio/ago. 2004.

\_\_\_\_\_. *Informação e competitividade: a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais*. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 2, p. 142-151, 2002.

STEWART, T. A. *Capital Intelectual - A Nova Vantagem Competitiva das Empresas*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BTCU – *Boletim do Tribunal de Contas da União – Padrões de Auditoria de Conformidade*. Brasília (DF), 2010.

## Websites visitados

Blog Brasil Acadêmico. Disponível em: <<http://blog.brasilacademico.com/2008/09/sistemas-estruturadores-do-governo.html>>. Acesso em: 8 de março de 2012.

Sistemas Estruturadores do Governo Federal. Disponível em: <[http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema\\_176/materias/orgulho-nacional](http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema_176/materias/orgulho-nacional)>. Acesso em: 8 de março de 2012.

Sistemas Estruturadores do Governo Federal. Disponível em: <[http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema\\_176/materias/o-futuro-e-agora](http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema_176/materias/o-futuro-e-agora)>. Acesso em: 8 de março de 2012.

## Anexo

O SIAFI é responsável pelo registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. É uma ferramenta essencial para transparência e eficiência. Nas palavras do deputado distrital Augusto Carvalho, usuário contumaz do sistema:

*“O Brasil pode se orgulhar de dispor de uma das ferramentas mais modernas e eficientes de administração pública, que existe em poucos lugares do mundo. É um excelente banco de dados desenvolvido pelo Serpro e cumpre com sua função social de tornar o governo acessível ao cidadão. Além disso, contribui para que os parlamentares exerçam o papel, que lhes é conferido pelo voto representativo, de fiscalizar as políticas do governo”.*

Vale informar que já está em curso o desenvolvimento, em software livre, de um novo SIAFI, prometendo tornar a interface mais amigável, intuitiva, com módulos flexíveis e de fácil manutenção. O responsável pelo sistema é a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF).

O SIAPA oferece apoio à administração do patrimônio imobiliário da União, dos seus imóveis dominiais e que tem como objetivos: identificar os imóveis dominiais da União, quais são, em que local estão e quais suas características; identificar os usuários dos imóveis dominiais da União, quem são, que imóveis estão ocupando, quais são os regimes de utilização e período de ocupação dos imóveis; agilizar a cobrança e aprimoramento dos controles sobre os devedores omissos e fornecer dados para o encaminhamento dos processos para inscrição em dívida ativa da União e a competente execução judicial; estabelecer uma padronização nas atividades operacionais executadas pelas Gerencias Regionais de Patrimônio da União -GRPU –; integrar os procedimentos da Secretaria do Patrimônio da União - SPU – e GRPU e dispor à SPU informações que possam apoiar os esforços de combate à sonegação e à moralização no trato da coisa pública. Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

O SIAPE é o sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal, que controla as informações cadastrais e processa os pagamentos dos servidores da Administração Pública Federal - APF - (ativos, pensionistas e aposentados). Responsável: Secretaria de Recursos Humanos - SRH / MPOG.

O **SIASG** foi concebido para atender a toda área meio dos Ministérios, empregando ferramentas para controlar contratos, licitações, fornecedores. O objetivo é acompanhar licitações e contratos, enfim, o processo de compras do governo. Desde a época das licitações - elaboração do contrato, emissão de empenho, publicação no Diário Oficial e depois o acompanhamento das notas fiscais e ateste das faturas, tudo tem que ser seguido criteriosamente para então se conseguir a liberação no SIAFI. Responsável: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI / MPOG.

O **SIDOR** é derivado do SIAFI e tem por objetivo dotar o processo orçamentário do governo federal de uma estrutura de processamento de dados conforme as modernas ferramentas da Tecnologia de Informação - TI -, de processos informatizados e estruturas de dados para dar suporte às atividades do Sistema Orçamentário e a revisão do PPA para a formalização dos Projetos de Lei do Orçamento Anual - PLOA - e do PPA, que são encaminhados ao Congresso Nacional. Responsável: Secretaria de Orçamento Federal - SOF / MPOG.

O **SIEST** trata da elaboração do Plano de Dispêndios Globais - PDG - das empresas estatais para o exercício financeiro subsequente. Ele acompanha a execução e revisão do PDG para o exercício financeiro vigente e fornece informações para o Balanço Geral da União. O SIEST cuida ainda da manutenção de informações cadastrais (perfil das estatais), contábeis (endividamento, plano de contas, balanço patrimonial) e econômico-financeiras (política de aplicações) das empresas federais. É um instrumento que está sendo permanentemente atualizado, sendo compatível com os níveis de informações de que dispõem as estatais, bem como incorpora métodos de informatização mais avançados, com vistas à racionalização dos trabalhos de elaboração e controle dos orçamentos. Responsável: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST.

O **SIGPLAN** é o responsável pelo Plano Plurianual - PPA -, que visa a ajudar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI - do MPOG na execução das atividades de sua competência, entre elas: elaboração da base de partida; análise do planejamento qualitativo e quantitativo dos órgãos; definição dos limites de despesa; exame da execução física e financeira; e gestão do fluxo de recursos dos programas prioritários do governo. Além disso,

acompanha o conjunto de metas presidenciais e faz a avaliação anual do PPA. Responsável: Secretaria do Planejamento - SP / MPOG.

O **SIORG** objetiva modernizar os Sistemas de Informações Organizacionais da APF oferecendo uma maior transparência da estrutura organizacional da APF para a sociedade. Ao mesmo tempo em que agiliza e torna mais confiável as informações, proporcionando ao administrador melhor acompanhamento das políticas e diretrizes definidas pelo Governo Federal, contribuindo para o processo de Reforma do Estado. Além de recuperar em tempo real o histórico das estruturas organizacionais do Estado. Responsável: Secretaria de Gestão - SEGES / MPOG. <<http://blog.brasilacademico.com/2008/09/sistemas-estruturadores-do-governo.html>>.